



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2008
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

ACTIVIDADE DO GRUPO

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

GOVERNO DA SOCIEDADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2008

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

De acordo a Lei, designadamente do que está contido no Art. 508-A do Código do Mercado de Valores Mobiliários e tendo em conta o disposto no Dec-Lei 238/91 de 02 de Julho, modificado pelo Dec-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio reportados a 31 de Dezembro de 2008 e o respectivo anexo.

INTRODUÇÃO

Em 21 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração e em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa, da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska") mediante a transmissão global do património desta sociedade, com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008.

Em resultado da operação de fusão, as participações dos accionistas Rasográfica e Gestprint eram, em 31 de Dezembro de 2008, de 50,99% e 39,40% respectivamente.

Nos termos do IFRS 3, na aplicação do método de compra, a Heska foi considerada a entidade adquirente e a Lisgráfica como a entidade adquirida, pelo que ainda que do ponto de vista formal e legal o património da Heska tenha sido incorporado na Lisgráfica e aquela tenha sido liquidada, do ponto de vista contabilístico o património da Lisgráfica foi incorporado na Heska.

Nestas circunstâncias as demonstrações financeiras consolidadas preparadas na sequência da fusão foram emitidas sob o nome da Lisgráfica, mas descritas nas notas como continuação das demonstrações financeiras da Heska, ou seja, a adquirente para efeitos contabilísticos, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008, representam uma continuação das demonstrações financeiras da Heska. Nestes termos e visando satisfazer os requisitos do IFRS 3, são apresentadas com fins informativos, as demonstrações financeiras individuais da Heska em 31 de Dezembro de 2007, em virtude de aquela não ter apresentado nessa data demonstrações financeiras consolidadas, por não preencher os requisitos para o efeito.

Os saldos inscritos na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, dizem respeito a um período de doze meses para as operações da Heska e a um período de oito meses (de 2 de Maio de 2008, data a que se reporta a fusão, até 31 de Dezembro de 2008) para as operações da Lisgráfica. É ainda de referir que nos termos do IFRS 3 foram identificados activos da Lisgráfica com justos valores reportados à data da fusão, superiores aos respectivos valores contabilísticos, no montante de 8.984.959 Euros e tendo sido determinado um goodwill de 17.628.753 Euros.

Consequentemente as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008, não são comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

O ajustamento de justo valor registado na rubrica "Activos intangíveis" decorrente de contratos de impressão celebrados com clientes foi determinado considerando à data a que se reporta a fusão o valor actual das margens operacionais positivas daqueles contratos.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa procedeu à análise da imparidade do *goodwill* gerado na fusão com base nos planos de negócio/projecções financeiras

A incorporação da Heska na Lisgráfica implicou um aumento de capital da Lisgráfica no montante de 4 334 831 euros mediante a emissão de 86 696 620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 euros por acção, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da Heska.

O capital social da Lisgráfica passou para 9 334 831 euros, detido em 51% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos SA e em 40% pela Gestprint, SA, estando o restante capital disperso em Bolsa.

Concretizada a fusão e extinta a sociedade Heska, procedeu-se à deslocalização de equipamentos e actividades que estavam a operar na unidade de Campo Raso para as instalações de Queluz de Baixo. Este processo foi concluído em finais de Setembro com o encerramento da actividade produtiva em Campo Raso, mantendo-se embora esta unidade como armazém de Matérias-Primas e de apoio logístico, cumprindo-se assim o objecto de concentrar sinergias, pressuposto base do projecto de fusão.

Recomendamos, portanto, para melhor compreensão da operação, a leitura e análise das contas individuais das Lisgráfica que espelham de forma mais evidente a situação pós-fusão.

A consolidação é efectuada pelo método integral e o Grupo é composto pelo seguinte universo de empresas.

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica, SGPS SA	Gestão de Participações Socias	2-Fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Grafilis, SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

A crise financeira, que se iniciou no Verão de 2007 agravou-se no decurso deste ano, com especial destaque no segundo semestre. O mercado financeiro registou uma volatilidade anormal embora sempre com uma tendência de depreciação, com o mercado bolsista a sofrer fortes e consecutivas quedas. O efeito da instabilidade financeira reflectiu-se na economia real com forte acentuar da depressão económica a nível mundial que se traduziu por um decréscimo acentuado do crescimento do PIB praticamente em todos os países. Os efeitos da recessão são evidentes com um decréscimo elevado do consumo interno e das exportações, efeitos estes aliados a um

aumento temporário, mas significativo, do preço do petróleo e das taxas de juros. Com o instalar da recessão económica regista-se entretanto uma queda abrupta do preço do petróleo ao mesmo tempo que as taxas de juro directoras dos bancos centrais evidenciam uma inversão da tendência de aumento e iniciam um ciclo de descidas graduais aliadas a um decréscimo da taxa de inflação. Estas medidas mostraram-se no entanto insuficientes para gerar uma retoma das economias, pelo que no final do ano de 2008 o índice de confiança dos agentes económicos mantinha-se negativo e a recessão não dava sinais de abrandamento.

A recessão ora referida teve também um efeito impulsionador no aumento dos níveis de desemprego que agravaram ainda mais a retracção ao consumo. Por estas razões a generalidades das empresas registam um decréscimo de actividade e agravam a situação económica. No sector onde a Lisgráfica se insere, os principais editores de publicações periódicas começam a reduzir o número de páginas consequência da diminuição do investimento publicitário e os clientes de grandes marcas comerciais reduzem as tiragens e número de edições anuais em resultado do decréscimo do consumo.

No que respeita à operação imobiliária concretizada com a ESAF em Julho de 2004, continua em desenvolvimento o projecto imobiliário que visa a desafecção das áreas que se consideram não necessárias à actividade industrial; o respectivo estudo prévio foi aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras. Já após o encerramento do exercício, a Câmara Municipal de Oeiras aprovou o projecto de loteamento pela

ACTIVIDADE DO GRUPO

No que se refere à actividade comercial, e no âmbito do contrato com o Grupo Impresa, a Lisgráfica começou a imprimir os suplementos Espaço Casas e Emprego do jornal Expresso, pelo que desde Novembro de 2008 a Lisgráfica imprime integralmente este jornal. No final do ano foi assinado um novo contrato com as Páginas Amarelas para manter a impressão das Listas até Dezembro de 2014, o que constitui o reconhecimento da qualidade e credibilidade da Lisgráfica como Fornecedor de importantes Clientes, como uma garantia de continuidade de trabalho e consequente volume de facturação.

No final do ano estava em fase de conclusão a instalação de uma nova rotativa Goss de 64 páginas. Este equipamento foi adquirido pela Gestprint, empresa com a qual a Lisgráfica efectuou um contrato de sublocação. A instalação desta nova rotativa permitiu à Lisgráfica dispor de capacidade produtiva para garantir a impressão do jornal Expresso e seus suplementos.

Como atrás referimos, e por imposição das IAS e IFRS 3 a análise comparativa é efectuada entre os valores da Heska, SA, a 31 de Dezembro de 2007, e as contas da Lisgráfica a 31 de Dezembro de 2008, no entendimento de que a Heska incorpora a Lisgráfica.

Neste cenário a facturação do Grupo mais do que duplica, com as vendas totais a atingir 36 milhões de euros dos quais aproximadamente 21 milhões resultam do efeito da fusão.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2008	2007	Var. 07/08 Em €	Var. 07/08 Em %
Revistas	18.081	10.102	7.979	79,0%
Jornais/suplementos	5.885	315	5.570	1768,3%
Catálogos e Folhetos	9.046	5.593	3.453	61,7%
Listas	2.446	0	2.446	0,0%
Outros	566	618	-52	-8,4%
TOTAL	36.024	16.628	19.396	116,6%
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>				

Durante o exercício de 2008 destacam-se, como principais acontecimentos nas empresas do grupo:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Esta empresa faz parte de Grupo desde meados do exercício de 1999 e ao longo destes anos a sua actividade limitou-se à gestão de participações sociais. No final do ano tem como única participação financeira os 100% do Capital da Grafilis, SA.

Os resultados do ano, negativos em cerca de 56 mil euros, reflectem acima de tudo a apropriação, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados negativos obtidos pela sua única participada.

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

Empresa constituída em 1984, tinha por objecto a actividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão, levou ao decréscimo gradual da actividade da Grafilis que em 2005 cessou em definitivo.

Apesar da sua inactividade a empresa continua a registar Amortizações de benfeitorias em imóvel de propriedade alheia, onde funciona a Sede, o que explica o resultado líquido do exercício de aproximadamente 103 mil euros, negativos.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Como consequência da actividade do Grupo, os Proveitos Operacionais atingem no final do ano o valor de aproximadamente 37 milhões de euros dos quais 96% provêm directamente das vendas e 4% de serviços prestados que não têm ligação directa com a actividade operacional.

ACTIVIDADE OPERACIONAL 2008/2007

DESCRIÇÃO	<u>2008</u>		<u>2007</u>		Var. 07/08 em €	Var. 07/08 em %
Vendas	36.024	96%	16.628	99%	19.396	116,6%
Outros Proveitos Operacionais	1.417	4%	137	1%	1.280	934,3%
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	37.441		16.765		20.676	123,3%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	14.787	39%	7.275	43%	7.512	103,3%
Fornecimentos e S. Externos	10.423	28%	4.431	26%	5.992	135,2%
Custos Com Pessoal	9.819	26%	3.562	21%	6.257	175,7%
Amortizações	5.458	15%	1.072	6%	4.386	409,1%
Perdas de Imparidade	19.042	51%	264	2%	18.778	7112,9%
Provisões	200	1%	0	0%	200	#DIV/0!
Outros Custos Operacionais	615	2%	84	1%	531	632,1%
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	60.344		16.688		43.656	261,6%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-22.903		77		-22.980	29844,2%
RESULTADO OPERACIONAL - %	-61,2%		0,5%		-61,6%	13418,6%
EBITDA - €	-17.245		1.149		-18.394	-1600,9%
EBITDA - %	-46,1%		6,9%		-52,9%	-772,0%
(Valores em Milhar es de Euros)						

Em relação aos custos operacionais a generalidade das rubricas apresenta uma variação significativa pelo facto da comparação estar a ser efectuada com as contas da Heska. São de mencionar, como factores complementares, a diferente estrutura de custos dos trabalhos transitados da Heska, onde existia um maior número de trabalhos em que além da impressão era também fornecido o papel; desta forma ao agregar as duas empresas o CMVC apresenta uma percentagem superior face ao ano anterior.

De igual modo a estrutura de custos de pessoal da Lisgráfica é substancialmente diferente, ou seja, tem um peso maior na actividade da empresa pelo que após a fusão o peso destes custos sobe para 26%. Em 1 de Maio de 2008 e após a junção das duas empresas, o número total de trabalhadores era de cerca de 510 e no final do exercício esse número tinha descido para 417.

As amortizações e ajustamentos registam um aumento de 250 % pelo facto de a Lisgráfica ter um valor de activos tangíveis muito superior à Heska antes da fusão, com um efeito directo nas Amortizações. Os custos registados na rubrica Ajustamentos (Provisões Cobrança Duvidosa e Provisões para Depreciação de Existências) são também neste exercício superiores aos de 2007; o valor de Provisões Cobrança Duvidosa ascende a 732 K€ e o valor Provisões para Depreciação de Existências é de 214 K€

O Resultado Operacional Consolidado apurado no ano de 2008 é negativo. Justifica-se aqui uma explicação relativa à evolução dos Custos Operacionais.

A aplicação estrita das IAS e IFRS já mencionadas implica o reconhecimento de que a fusão foi efectuada com base nos valores de avaliação das 2 empresas aprovados pelos Conselhos de Administração e pelas Assembleias Gerais das 2 empresas, antes da fusão. De acordo com essa avaliação a operação gera perdas de imparidade no

montante de 17,7 milhões que têm de ser reflectidas na Demonstração de Resultados Consolidada do ano.

Assim, excluindo este efeito gerado pela contabilização, os resultados consolidados do Grupo seriam inferiores a 7 milhões de euros negativos.

O Cash Flow Operacional Consolidado é de -17,2 milhões de euros. Sem o efeito referido no parágrafo anterior, este Cash Flow seria positivo em 1,8 milhões de euros.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 2008/2007

DESCRIÇÃO	<u>2008</u>	<u>2007</u>	Var. 07/08 em €	Var. 07/08 em %
Resultados Operacionais	-22.903	77	-22.980	29844%
Resultados Financeiros	-2.659	-571	-2.088	-366%
Imposto S/ Rendimento	-338	98	-436	445%
Resultados Liquidos	-25.900	-396	-25.504	-6440%
<i>(Valores em milhar de euros)</i>				

Os resultados financeiros registam um valor significativamente acima do ano anterior justificado pelo aumento do endividamento bancário mas acima de tudo pelo facto de no segundo semestre as taxas de juro terem registado um aumento em consequência da instabilidade do sector financeiro. Comparativamente ao ano anterior a principal taxa de referência para financiamento bancário (Euribor a 90 dias) regista uma média de cerca de 100 pontos base acima da taxa anteriormente praticada. O valor de custos financeiros originados pelo aumento de endividamento foi de 1.915 mil euros e o valor que teve origem na variação da taxa de juro foi de 330 mil euros. De salientar o aumento do endividamento bancário que se verificou no exercício para fazer face ao processo de reestruturação subjacente ao processo de fusão.

BALANÇO CONSOLIDADO COMPARAÇÃO 2008/07

DESCRIÇÃO	<u>2008</u>	<u>2007</u>	Var. 07/08 em €	Var. 07/08 em %
Activos não Correntes	54.369	11.952	42.417	355%
Activos Correntes	20.512	12.433	8.079	65%
Activos para Venda	34	0		
TOTAL ACTIVO	74.915	24.385	50.530	207%
Capital Próprio	-927	12.590	-13.517	-107%
Passivo não Corrente	22.446	545	21.901	4019%
Passivo Corrente	53.396	11.250	42.146	375%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	74.915	24.385	50.530	207%

(Valores em milhares de Euros)

As principais variações ocorridas no Activo Líquido face ao exercício anterior verificam-se nos Activos não Correntes, devido ao aumento do Imobilizado Líquido decorrente da fusão e dos valores devidos por empresas em relação de grupo. Também nos Activos Correntes se regista um aumento justificado pelo impacto da fusão.

O Capital Próprio, fixa-se no final do ano em 927 mil euros negativos para o que contribuiu o Resultado Líquido negativo do exercício.

O Passivo Corrente regista um aumento de cerca de 42 milhões de euros devido ao efeito da inclusão das responsabilidades da Lisgráfica que, no momento da fusão, eram de 26 milhões de euros.

Apesar das condições adversas a Lisgráfica cumpriu na íntegra a liquidação dos impostos correntes devidos no exercício, assim como o plano de reembolso de dívidas à DGI e Segurança Social previsto para 2008 e que rondou os 1,2 milhões de euros. No exercício a empresa cumpriu também na íntegra o plano de amortização de dívida bancária quer em termos empréstimos quer em termos de operações de Papel Comercial.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais das empresas integradas no perímetro de consolidação apresentamos um resumo dos principais indicadores. De salientar que os principais valores constantes nas rubricas do Activo e Passivo se referem a saldos intra-grupo (transitados de exercícios anteriores) que se anulam aquando do exercício de consolidação.

GESTIGRÁFICA SGPS SA

DESCRIÇÃO	2008	2007	Var. 07/08
Activo Total Liq.	11.705	13.438	-1.733
Passivo Total	1.298	65	1.233
Capital Próprio	10.407	13.373	-2.966
Capital Social	52	52	0
Resultado Líquido	-56	-2	-54
Vendas Liquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

GRAFILIS SA

DESCRIÇÃO	2008	2007	Var. 07/08
Activo Total Liq.	201	279	-78
Passivo Total	1.499	1.474	25
Capital Próprio	-1.298	-1.195	-103
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	-103	-396	293
Vendas Liquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O Conselho de Administração agradece, também a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

ANEXO

GOVERNO DA SOCIEDADE

A empresa Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas SA (doravante designada por “Lisgráfica” ou “Sociedade”) optou por incluir em separado ao Relatório e Contas do exercício de 2008 um anexo exclusivamente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do determinado pelo Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento da CMVM nº 1/2007 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

A Lisgráfica reconhece que é fundamental a existência de um bom governo da Sociedade no estabelecimento e fortalecimento de uma relação aberta entre os seus accionistas e a administração da Sociedade.

Os nossos princípios em relação ao governo da Sociedade pautam-se pela responsabilidade perante os accionistas, pelo fornecimento de informação clara e transparente a todos os detentores de capital e pelo desejo da Administração em cumprir as suas obrigações perante os mesmos.

A nossa missão é a de valorizar o investimento dos accionistas através de uma gestão prudente dos riscos inerentes aos negócios.

A Lisgráfica, enquanto sociedade aberta sujeita à lei portuguesa, emitente de acções admitidas à negociação no mercado regulamentado *Eurolist by Euronext Lisbon*, está abrangida pelas disposições legais regulamentares vigentes em Portugal em matéria de governo das sociedades, designadamente quanto ao disposto no artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários, e no Regulamento da CMVM nº 1/2007 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

A Administração funciona de forma colegial, reportando-lhe directamente 7 Direcções: Produção, Comercial, Financeira, Recursos Humanos, Qualidade Ambiente e Segurança, Aprovisionamento e Serviços de Suporte, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organigrama que figura abaixo e está em vigor desde Junho de 2008.

1) Órgão de Administração

O Conselho de Administração, através da Comissão Executiva, exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com determinada importância.

O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme recente alteração do pacto social é de sete, é actualmente composto pelas seguintes pessoas, com mandato conferido nas Assembleias Gerais Anuais 2007 e 2008, não existindo, de momento Administradores não-executivos, recomendação que a sociedade procurará, de futuro, respeitar:

Presidente: Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Vice-Presidente: Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

Vogal: Eng^o António Pedro Marques Patrocínio

A Comissão Executiva tem como objectivo o planeamento, gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. Esta define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são um importante capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

A Comissão Executiva reúne com regularidade, uma vez por semana, e, com a mesma regularidade, realizam-se Reuniões de Quadros da empresa com a presença de todos os Administradores e Directores.

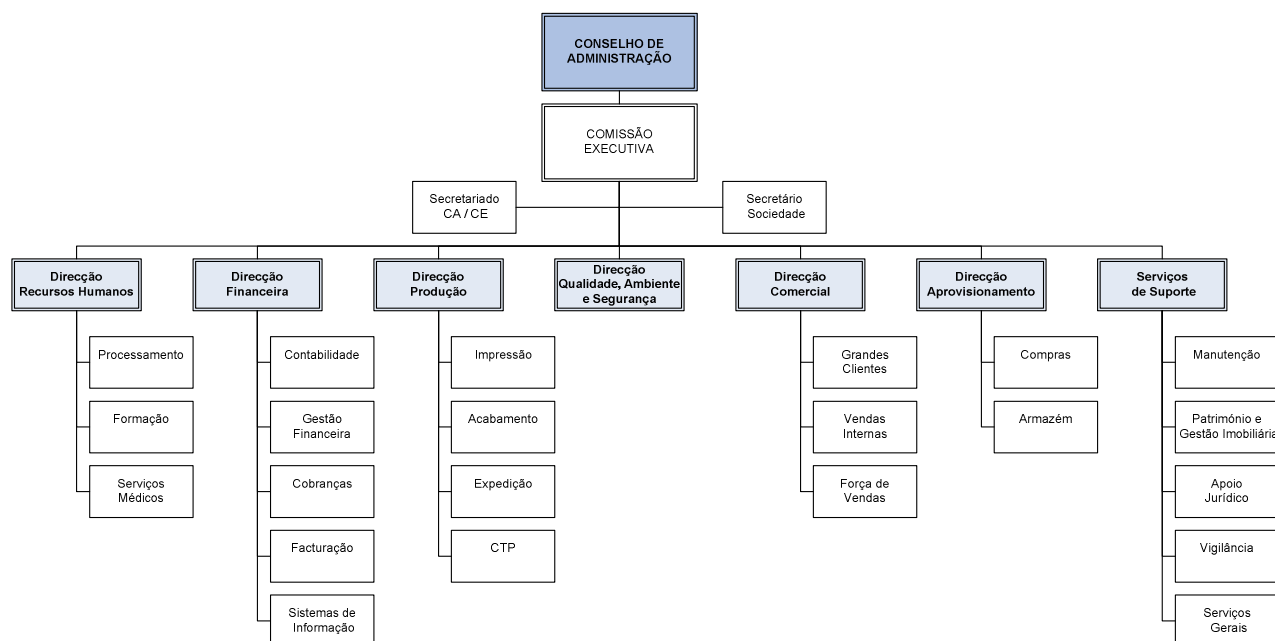
A Comissão Executiva é composta pelos três membros do órgão de gestão acima identificados.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções em outras empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais SA"
- O Senhor Dr. Jaime Baptista Marques da Costa é também administrador da "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais SA"

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e “Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais SA”.

2) Organograma



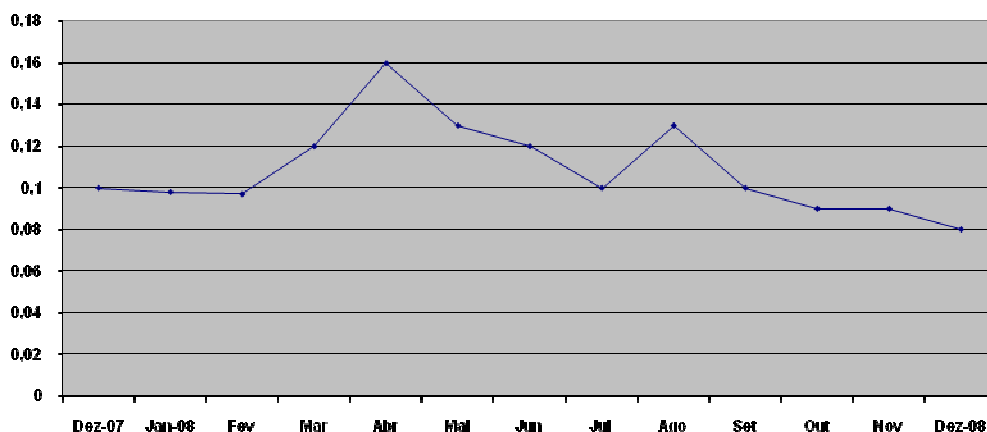
3) Estrutura de capital

O capital social é actualmente de 9.334.831 euros, sendo representado por um total de 186.696.620 acções escriturais com o valor nominal de 0,05 euros cada.

A sociedade tem acções admitidas à negociação na bolsa de valores portuguesa desde 1998.

Em 28 de Julho de 2008 a empresa apresentou à CMVM e à Euronext o pedido de admissão à negociação no *Eurolist by Euronext* Lisbon das 86.696.620 acções emitidas na sequência do aumento de capital resultante do processo de fusão entre a Lisgráfica e a sociedade Heska concluído em 2008.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2008 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia o comportamento do mercado bolsista em especial no segundo semestre em que se agravou a crise de confiança dos investidores, reflexo directo da crise internacional na generalidade dos mercados de capitais.



Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.

Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.

4) Gabinete de Apoio ao Investidor

O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, cabendo-lhe atender todos os Accionistas interessados em informações sobre a Sociedade e dispõe do endereço email apoioaoinvestidor@lisgrafica.pt.

Dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social

O referido Representante é o Senhor Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Factos Relevantes, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

5) Comissão de Vencimentos

No decurso deste exercício foi criada a Comissão de Vencimentos. A fixação das actuais remunerações foi assim determinada por esta comissão e lavrada em acta da reunião da Comissão de Vencimentos onde tal deliberação foi tomada..

A seguir indicamos os montantes pagos ou atribuídos no exercício:

• Remuneração do Conselho de Administração	Euros 319.178
• Remunerações ao Conselho Fiscal	Euros 25.000
• Remunerações ao Auditor Externo	Euros 65.590

A remuneração colectiva do órgão de administração foi de Euros 319.178, tendo apenas componente fixa, ainda que os estatutos prevejam no nº1 do artigo 10º a possibilidade de atribuição de percentagem sobre os lucros, circunstância que os resultados da empresa têm impossibilitado.

Por outro lado, a qualificação do desempenho, quer do órgão de administração, quer do órgão de fiscalização é anualmente feita em assembleia geral não estando regulamentada qualquer ligação entre a remuneração e o desempenho.

Não estão contemplados quaisquer prémios e/ou incentivos não pecuniários ligados ao desempenho ou performances alcançadas, atribuíveis ao órgão de administração.

Não ocorreram quaisquer pagamentos por outras sociedades em relação de domínio ou grupo.

O montante da remuneração indicada para o Auditor Externo respeita, integralmente, à prestação de serviços de auditoria e de revisão legal de contas.

7) Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, O voto por correspondência está previsto no artigo 10º dos estatutos constando a regulamentação do modo do seu exercício expressamente nas convocatórias das Assembleias Gerais.

Dos estatutos não consta expressamente a possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é dois dias. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção tem sido determinado nas convocatórias das assembleias gerais da Sociedade, devendo o voto ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

A cada 2.500 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

6) Regras Societárias

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou um regulamento de funcionamento da Comissão Executiva que está à disposição dos Senhores Accionistas no sítio da Sociedade na Internet.

Não existe código de conduta específico para a Lisgráfica nem outros regulamentos internos.

O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas (actualmente o Auditor Externo, entidade que acumula funções com as de Revisor Oficial de Contas externo ao Conselho Fiscal, é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., entidade inscrita na CMVM) e, mensalmente, pelo Presidente do Conselho Fiscal, que revê, controla e fiscaliza os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se reuniões do Conselho Fiscal, que acompanham a evolução da Empresa.

Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista, salvo os previstos expressamente nos Estatutos da Empresa.

Os actuais membros do Conselho Fiscal são:

Presidente: Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC,
representada por Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

Vogais: José Manuel Varandas Marques
Filipa Cordeiro

Suplente: Isabel Maria Soeiro Nazaré Camacho

Revisor Oficial de Contas: Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na CMVM sob o nº 231, representada por Paulo Jorge Duarte Galvão André, (ROC nº 979)

Existe um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, cujos efeitos foram suspensos nos exercícios de 2005 e 2006 tendo sido retomado em Janeiro de 2007, conforme deliberação de Assembleia Geral de 30/05/07.

7) Assembleia Geral

Os actuais membros da mesa da Assembleia Geral são:

Presidente: Jorge Manuel Sénica Galamba Marques

Vice-Presidente: Manuel Guilherme Pardal Monteiro Magalhães

Secretário: João Paulo Malhadas Teixeira

O mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal iniciaram-se em 2007 e terminam em 2010

O Presidente da mesa da Assembleia Geral não é remunerado.

Em seguida transcrevemos o anexo exclusivamente dedicado ao Governo da Sociedade, nos termos do determinado pelo Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento da CMVM nº 1/2007 sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

CMVM - Questionário Governo das Sociedades Cotadas Exercício/2008

Nº	Questionário Governo das Sociedades Cotadas - Exercício/2008	Resposta
	<p>Estrutura de Capital Accionista</p> <p>Qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2008 (ainda que podendo não tratar-se de participações qualificadas)</p>	
6	Por outros accionistas com participação qualificada	90,390%
7	Em carteira própria	0,030%
8	Disperso	9,580%
	Total 100%	100,000%
	Qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2008	
9	Por credores relevantes	0
10	Por concorrentes	0
11	Por clientes relevantes	0
12	Por fornecedores relevantes	0
	Entre os investidores institucionais, qual a percentagem do Capital Social que era detido ou imputável nos termos do Art 20 do CVM em 31/Dez/2008	
13	Pelo maior accionista	0
14	Por investidores não residentes em Portugal	0
15	Por investidores que detenham ininterruptamente participações no capital social da empresa há pelo menos 3 anos	0
16	Por investidores não residentes que detenham ininterruptamente participações no capital social da empresa há pelo menos 3 anos	0

	Controlo	0
	No cômputo das participações qualificadas (a que se refere o art 20º do CVM) em 31/Dez/2008	
17	A percentagem total do capital social envolvido era de	90,390%
18	A percentagem total do capital social, detido há pelo menos 3 anos, era de	39,400%
19	A percentagem total do capital social que era detido por residentes em Portugal era de	90,390%
20	A percentagem total do capital social que era detido, há pelo menos 3 anos, por residentes em Portugal, era de	39,400%
21	O número total de accionistas titulares de participações qualificadas era de	2
	Accionistas que exercem uma influência significativa sobre a vida da empresa, designadamente no que respeita à escolha dos membros dos seus órgãos sociais	
23	Quantos são esses accionistas	2
24	Quantos desses accionistas são não residentes	0
25	Qual a percentagem do capital social que detêm ou lhes é imputável nos termos do Art 20º do CVM, no seu conjunto ?	90,390%
	Sistemas de Remuneração Baseados em Opções sobre Acções (Stock Options)	
	Em termos de direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (Stock Options), existentes em 31/Dez/2008, de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração	
26	Em 31/Dez/2008 existiam direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (stock options) de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração ?	Não
	Em termos de direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções (Stock Options), existentes em 31/Dez/2008, de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	
40	Estes direitos existem à data de 31/Dez/2008?	Não
	Sistemas de Remuneração Baseados em Acções (Excluindo Stock Options)	
	Em termos de sistema de remuneração baseado em acções existentes em Dezembro de 2008, de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração	

41	Em 31/Dez/2008 existiam sistema de remuneração baseados em acções que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração?	Não
	Em termos de sistemas de remuneração baseados em acções existentes em 31/Dez/2008, de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa	
47	Estes direitos existem à data de 31 de Dezembro de 2008?	Não
	Assembleias Gerais	
	Tomando por referência a situação existente em 31/Dez/2008:	
48	Quantas AG de accionistas ocorreram em 2008?	1
49	Quantas pessoas tem o presidente da AG ao seu dispor, dedicadas ao trabalho de organização e gestão das AG ?	1
50	Existindo pessoal dedicado, quantas pessoas pertencem aos quadros da sociedade ?	1
51	Qual o numero minimo de acções para poder participar na AG ?	2500
52	Qual a % máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ?	50,990%
53	Há deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada ?	Não
	Quanto ao voto por meios electrónicos:	
57	Qual a antecedência mínima (em dias uteis), prevista nos estatutos da sociedade para a recepção da declaração de voto emitida por voto electrónico ?	8
58	O voto por meios electrónicos é permitido em todas as matérias ?	Sim
60	Existe algum requisito para participar nas AG em termos de antiguidade da detenção das acções ?	Não
	Sobre acordos parassociais:	
61	Há acordos parassociais ou outros acordos de accionistas conhecidos em vigor?	Não
	Qual a % média do capital social presente nessas assembleias:	
65	Por presença física dos próprios accionistas (não use o símbolo %)	90,390

66	Presença por representação através de membros do Órgão de Administração (não use o símbolo %)	0
67	Presença por representação através de membros do Órgão de Fiscalização (não use o símbolo %)	0
68	Presença por representação através de outra pessoa (não use o símbolo %)	0
69	Votos emitidos por correspondência (não use o símbolo %)	0
70	Votos emitidos electronicamente (não use o símbolo %)	0
71	Ausente (não use o símbolo %)	9,610
	Total 100%	100,000
	Negócios com partes relacionadas em 2008:	
72	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade e pelas sociedades integrantes no perímetro de consolidação com accionistas com participação qualificada ?	0
73	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade com empresas participadas que não sejam detidas a 100%	0
74	Qual o valor global dos negócios, em euros, estabelecidos pela sociedade e pelas sociedades integrantes no perímetro de consolidação com empresas detidas pelos seus administradores ou por seus familiares?	0
	Sobre a empresa de auditoria externa:	
75	Há quantos anos consecutivos esta empresa faz a auditoria externa da sociedade?	5
76	Há limitações ao número de anos em que a empresa de auditoria externa poderá prestar serviços à sociedade?	Não
78	Qual o órgão responsável pela avaliação da empresa de auditoria externa ?	Conselho Fiscal
79	Com que periodicidade é avaliada a empresa de auditoria externa ? (Em número de anos: Anual=1, Bienal=2, etc)	1
80	Esta avaliação é submetida a apreciação pela AG ?	Não
	Sobre a política de comunicação de potenciais irregularidades:	
81	A sociedade tem definida uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade?	Não

	Seguro de Responsabilidade:	
85	Os membros do Órgão de Administração têm seguro de responsabilidade Civil ?	Sim
86	Qual o montante, em euros, das responsabilidades cobertas por esse seguro?	250000
	Sobre o sistema de controlo interno para detecção de riscos:	
87	A sociedade tem um sistema de controlo interno para a detecção de riscos?	Não
89	Existe uma unidade organica de auditoria interna?	Não
92	Existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos?	Não
	Código de Conduta:	
95	A sociedade tem código de conduta?	Não
	Gabinete de apoio ao investidor:	
99	A sociedade tem um gabinete de apoio ao investidor (ou outro serviço similar) ?	Sim
100	Qual o número de pessoas que integram o gabinete de apoio ao investidor?	1
101	Quantas pessoas, incluídas na resposta à alínea anterior, estão em regime de exclusividade nessas funções?	0
102	Qual o número de pedidos de informação recebidos em 2008 por residentes em Portugal?	20
103	Qual o número de pedidos de informação recebidos em 2008 por não residentes em Portugal?	0
	Sítio na Internet:	
104	Quanto tempo, em dias, demoram as actas das AG a ser disponibilizadas neste sítio?	1
105	O teor integral das deliberações de delegação de competências tomadas pelo CA é divulgado neste sítio?	Não
	Conselho de Administração	

106	Qual a duração estatutária dos mandatos no Órgão de Administração (em anos)?	3
107	Existe uma comissão responsável por assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos?	Não
	Quanto ao modelo de governo societário, tomando por referência 31/Dez/2008	
110	O CA tem Comissão Executiva?	Sim
111	Se sim, desde quando? (DD-MM-AAAA)	20-05-2008
	Relativamente à composição do CA, tomando por referência 31/Dez/2008	
112	Qual o número total de membros?	3
113	Quantos são os membros não executivos?	0
114	Quantos são os membros não executivos independentes?	0
115	Quantos membros executivos são accionistas com participação qualificada, familiares directos de accionistas com participação qualificada, ou não têm independência face aos accionistas com participação qualificada?	2
116	Quantos membros não executivos são accionistas com participação qualificada, familiares directos de accionistas com participação qualificada, ou não têm independência face aos accionistas com participação qualificada?	0
117	Quantos membros executivos são ou foram quadros de grupo nos últimos 5 anos?	1
118	Quantos dos elementos indicados no ponto 115 igualmente foram indicados no ponto 117?	0
119	Quantos membros não executivos são ou foram quadros de grupo nos últimos 5 anos?	0
120	Quantos dos elementos indicados no ponto 116 igualmente foram indicados no ponto 119?	0
121	Qual a idade média, em anos, dos membros executivos do CA?	53,3
123	Há quantos anos, em média, os actuais membros executivos exercem funções no CA?	1
125	Quantos elementos novos tem o CA a 31/Dez/2008, quando comparado a sua composição em 31/Dez/2007?	2
126	Quantos elementos novos tem o CA a 31/Dez/2008, quando comparado a sua composição em 31/Dez/2003?	2

127	Há quantos anos o membro do órgão de administração responsável pelo pelouro financeiro exerce essas funções?	1
	Relativamente a requisitos para participação e permanência no CA, tomando por referência 31/Dez/2008:	
128	Os estatutos estipulam idade máxima para pertencer ao CA?	Não
130	Os estatutos estipulam o número máxima de cargos dos órgãos de administração de empresas a que os seus membros podem pertencer ?	Não
134	Os membros não executivos independentes têm algum requisito específico adicional (além dos previstos no CSC) de independência ou incompatibilidade?	Não
	Relativamente ao funcionamento do CA tomando por referência 31/Dez/2008:	
136	Dos membros não executivos, quantos exercem as suas funções a tempo inteiro?	0
137	Qual o número de reuniões do CA em 2008?	8
138	Qual a assiduidade global às reuniões realizadas do CA?	100,000%
140	Qual a assiduidade dos membros executivos às reuniões realizadas do CA?	100,000%
144	Qual o número de comissões (incluído a executiva) existentes no âmbito do CA e exclusivamente integradas por membros do CA?	1
145	Qual a designação de cada uma dessas comissões?	Executiva
146	Essas comissões têm regulamento interno?	Sim
147	Esses regulamentos são de acesso público?	Sim
148	Onde podem ser consultados?	No site www.lisgrafica.pt
	Relativamente à ocupação dos membros do CA, tomando por referência 31/Dez/2008:	
149	Qual o número médio de sociedades cotadas (incluindo a sociedade respondente) em que os membros não executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	1
150	Qual o número médio de sociedades cotadas (incluindo a sociedade respondente) em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	1

151	Qual o número médio de sociedades do grupo (incluindo a sociedade respondente) em que os membros não executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	1
152	Qual o número médio de sociedades do grupo (incluindo a sociedade respondente) em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	3
154	Qual o número médio de sociedades fora do grupo em que os membros executivos do CA exercem funções de administração ou gerência?	2
	Relativamente à comissão executiva, tomando por referência 31/Dez/2008:	
156	Qual o número total de membros da CE?	3
157	Quantos membros da CE são independentes face a quaisquer accionistas?	1
158	Quantos membros exercem as suas funções a tempo parcial ?	0
159	Em média em quantas mais empresas, dentro do grupo, exercem funções de administração executiva?	2
160	Em média em quantas empresas, fora do grupo, exercem funções de administração executiva?	2
161	Em média em quantas mais empresas, dentro do grupo, exercem funções de administração não executiva?	0
162	Em média em quantas empresas, fora do grupo, exercem funções de administração não executiva?	0
163	Qual a número de reuniões da CE em 2008?	35
164	Qual a assiduidade global às reuniões da CE?	100,000%
165	Qual a assiduidade dos membros a tempo parcial às reuniões da CE?	0
166	Qual a idade média dos membros da CE?	53,3
167	Quantos elementos novos tem a CE a 31/Dez/2008, quando comparada a sua composição em 31/Dez/2007?	3
168	Quantos elementos novos tem a CE a 31/Dez/2008, quando comparada a sua composição em 31/Dez/2003?	2
	Sobre o Presidente do CA, tomando por referência 31/Dez/2008:	

169	O Presidente do CA é também presidente da CE?	Sim
170	Em caso afirmativo, desde quando? (DD-MM-AAAA)	20-05-2008
171	O presidente do CA exerce as suas funções a tempo inteiro?	Sim
172	Há requisitos específicos para se poder nomeado presidente do CA?	Não
	Sobre a remuneração dos membros do CA em 2008:	
174	Qual a remuneração total auferida (com origens em todas as sociedades pertencentes ao perímetro de consolidação, caso exista) em euros ?	319.178
	Desagregação dessa remuneração, em euros:	
175	Remuneração Fixa	319.178
176	Remuneração variável	0
177	Prémio de desempenho	0
178	Outra	0
	Total 100%	100,000%
179	Que parte dessa remuneração teve origem na própria empresa? (em pontos percentuais face ao total - não use o símbolo %)	100,000%
	Sobre a remuneração dos membros da CE em 2008:	
192	Qual a remuneração total auferida (com origens em todas as sociedades pertencentes ao perímetro de consolidação, caso exista) em euros ?	319.178
	Desagregação dessa remuneração, em euros:	
193	Remuneração Fixa	319.178
194	Remuneração Variável	0

195	Prémio de desempenho	0
196	Outra	0
	Total 100%	100,000%
197	Que parte dessa remuneração teve origem na própria empresa ? (em pontos percentuais face ao total - não use o símbolo %)	100,000%
202	Qual a responsabilidade total, em euros, de médio e longo prazo com referência a 31/Dez/2008	
	Desagregação dessa responsabilidade em euros:	
203	Benefícios de reforma, no âmbito de um plano de benefícios definido?	0
204	Outros benefícios de longo prazo?	0
205	Benefícios de cessação de emprego?	0
206	Pagamentos baseados em acções?	0
207	Outra	0
	Total 100%	
	Sobre a forma de fixação da remuneração:	
208	A remuneração dos membros do CA foi fixada directamente pela...	Comissão Vencimentos
209	A remuneração dos membros da CE foi fixada directamente pela AG, pela...	Comissão Vencimentos
	Existe comissão de vencimentos?	Sim
211	Quantos membros a integram?	2
212	Quantos membros podem ser considerados independentes dos membros do CA?	2
213	Quantos membros podem ser considerados independentes dos membros da CE?	2

214	Quantas vezes reuniu em 2008?	1
	Órgão de Fiscalização	
	Relativamente ao Conselho Fiscal, tomando por referência 31/Dez/2008:	
215	Qual o número total de membros que o compõem?	3
216	O presidente do Conselho Fiscal detém curso superior adequado às funções e conhecimentos em auditoria e contabilidade?	Sim
217	E quantos exercem as suas funções de forma exclusiva?	
218	E quantos têm formação nas áreas financeira, contabilística ou de auditoria?	2
219	E quantos têm experiência de administração executiva na empresa ou em empresas da mesma área de negócio?	0
	Relativamente às reuniões do Conselho Fiscal em 2008:	
220	Qual o número de reuniões?	100,000%
221	Qual a assiduidade global a essas reuniões?	100,000%
222	Qual a assiduidade dos membros com dedicação exclusiva a essas reuniões?	100,000%
223	Qual a assiduidade dos membros sem dedicação exclusiva a essas reuniões?	
	Revisor Oficial de Contas	
224	Há quantos anos a empresa tem o mesmo Revisor Oficial de Contas?	2
225	Há limites ao número de anos em que um Revisor Oficial de Contas poderá prestar serviços à sociedade?	Não
227	O Revisor Oficial de Contas já fez parte, no passado, do Conselho Fiscal?	Sim
	Sobre outras comissões criadas no âmbito do Conselho de Administração, tomando por referência 31/Dez/2008:	
228	Existe uma comissão de avaliação? Caso afirmativo:	Não

236	Existe uma comissão de nomeações?	Não
244	Existe uma comissão de governo da sociedade?	Não
252	Existe uma comissão de estratégia e investimentos?	Não
260	Existe uma comissão de auditoria?	Não
268	Existem outras comissões?	Não

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

Em 21 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração e em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa, da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska") mediante a transmissão global do património desta sociedade, com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008.

Como resultado da operação de fusão e conforme descrito em detalhe na Nota 21, o capital social da Empresa foi aumentado em 1.952.209 Euros.

Adicionalmente, em Fevereiro de 2008, a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. ("Rasográfica"), accionista único da Heska, adquiriu, em transacção fora de bolsa, um total de 8.500.000 acções da Lisgráfica, correspondendo a 8,5% do capital social e de direitos de voto desta.

Em resultado destas operações a estrutura accionista da Empresa foi alterada, passando a Rasográfica a deter 50,99% do capital social da Lisgráfica (Nota 21).

Na Nota 35 é efectuada uma descrição mais detalhada dos impactos da fusão nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008, a qual seguiu os termos definidos no IFRS 3. Assim, na aplicação do método de compra, a Heska foi considerada a entidade adquirente e a Lisgráfica a entidade adquirida, ou seja, do ponto de vista contabilístico o património da Lisgráfica foi incorporado na Heska. Nestas circunstâncias as demonstrações financeiras consolidadas preparadas na sequência da fusão foram emitidas sob o nome da Lisgráfica. Nestes termos e visando satisfazer os requisitos do IFRS 3, são apresentados com fins informativos, as demonstrações financeiras individuais da Heska em 31 de Dezembro de 2007, em virtude de aquela não ter apresentado naquela data demonstrações financeiras consolidadas, por não preencher os requisitos para o efeito.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 29 de Abril de 2009 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, a qual, nos termos da legislação em vigor, poderá ainda proceder a alterações às mesmas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4) e foram preparadas no cumprimento expresso e sem reservas das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS"), emitidos pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC", emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia.

2.2 Adopção de IAS/IFRS novos ou revistos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi adoptado o IFRS - 7 Instrumentos financeiros – Divulgações (“IFRS 7”) o qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007. O impacto da adopção do IFRS 7 resulta nas divulgações adicionais efectuadas relativas a instrumentos financeiros (Nota 34).

À data da aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, as seguintes normas e interpretações, ainda não adoptadas pela Empresa:

- IAS 1 (revisto) – Apresentação de demonstrações financeiras (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 16 (revisto) – Activos fixos tangíveis (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 19 (revisto) – Benefícios dos empregados (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 20 (revisto) (*) – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 36 (revisto) – Imparidade de activos (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 23 (revisto) – Custos de financiamento (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IAS 27 (revisto) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 28 (revisto) – Investimentos em associadas (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 31 (revisto) (*) – Interesses em empreendimentos conjuntos (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 32 (revisto) – Instrumentos financeiros: apresentação (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 38 (revisto) – Activos intangíveis (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 39 (revisto) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IAS 40 (revisto) – Propriedades de investimento (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IAS 41 (revisto) (*) – Agricultura (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009);
- IFRS 1 (revisto) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 2 (revisto) (*) – Pagamento com base em acções (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)
- IFRS 5 (revisto) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)
- IFRS 8 – Relato por segmentos (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IFRIC 16 (*) – Cobertura de investimentos em moeda estrangeira (exercícios iniciados em ou após 1 de Outubro de 2009)
- IFRIC 17 (*) – Distribuição de activos não monetários a accionistas (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)
- IFRIC 18 (*) – Transferência de activos por clientes (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)

(*) Normas não aplicáveis ao Grupo.

Apesar do impacto da adopção em exercícios futuros das normas acima mencionadas e aplicáveis ao Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas não se encontrar ainda completamente avaliado, é entendimento do Conselho de Administração da Empresa de que o mesmo não será material ao nível da situação patrimonial e resultados do Grupo.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da participada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas, são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

(b) Investimentos em outras empresas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% para os quais não existem referências de mercado foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

2.4 Activos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente no balanço. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior (Nota 13).

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

(b) Activos intangíveis, excepto goodwill

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos.

Os activos intangíveis compreendem direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão descrita na Nota 35, mensurados ao justo valor, deduzidos das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados e adquiridos, decorrentes da concentração de actividades, na medida em que o seu justo valor pode ser mensurado com fiabilidade. Na ausência de um mercado activo para estes activos intangíveis, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos, numa transacção com entidades não relacionadas, tendo em consideração o desfecho de transacções recentes de activos semelhantes.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, bem como a estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local e os custos financeiros incorridos antes de estarem concluídos ou disponíveis para utilização.

Decorrentes da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos de IFRS.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações de valor significativo incorridas com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual (quando relevante), de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	10 – 20
Equipamento de transporte	8 – 14
Ferramentas e utensílios	8 – 10
Equipamento administrativo	6 – 16
Outras imobilizações corpóreas	16

2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada dos resultados durante o período do contrato de locação.

2.8 Instrumentos financeiros

2.8.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido, sendo o montante da perda correspondente à diferença entre a quantia registada e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, a qual é reconhecida na demonstração dos resultados do período.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Empréstimos”.

2.8.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.8.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e de custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 22). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizadas por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.8.6 Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que respeita ao justo valor do preço pago incluindo despesas de transacção.

2.9 Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados da Empresa.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

As provisões para custos de reestruturação são contabilizadas apenas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do projecto e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes decorrentes de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo do Grupo, não são registados, sendo contudo objecto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

2.11 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas, boletins e outros) são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os descontos de pronto pagamento apenas são concedidos em determinadas circunstâncias que se poderão verificar ou não, não existindo à data do reconhecimento inicial das contas a receber qualquer obrigação construtiva ou legal de conceder aqueles descontos, os quais são registados quando a obrigação da sua concessão ocorre, como custo financeiro.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas.

2.12 Imparidade de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade anual e/ou sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade, se alguma. Nas situações em que o activo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Quando o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No que se refere ao *goodwill* as perdas de imparidade são não revertidas.

2.13 Classificação de balanço

São classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes, os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da empresa, ou que são detidos com a intenção de transacção em prazo inferior a um ano.

2.14 Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como um custo na demonstração dos resultados.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.15 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço, publicadas pelas instituições financeiras. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício de 2008 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Salienta-se que em momento prévio à fusão a Heska regularizou directamente, por contrapartida de reservas, investimentos financeiros não realizáveis no montante de 10.310.681 Euros (Nota 15).

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, incluem:

- Análise de imparidade do *goodwill* e outros activos;
- Vidas úteis do activo tangível;
- Registo de ajustamentos e provisões;
- Recuperação de créditos por impostos diferidos.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registadas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto na IAS 8.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2008, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido
Lisgráfica	Barcarena	Mãe
Gestigráfica- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Barcarena	100
Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100

Estas empresas foram incluídas pela primeira vez nas demonstrações financeiras consolidadas e pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.3 a), decorrente do processo de fusão (Nota introdutória e Nota 35).

5. OUTRAS EMPRESAS

Os investimentos financeiros em empresas participadas correspondem à participação de 8% no capital da Flat Field – Marketing e Promoções, Lda., registada ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, quando mais baixo. Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa não dispõe de demonstrações financeiras da participada.

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido na Nota introdutória e na Nota 35, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, procedeu-se do ponto de vista contabilístico à fusão por incorporação na Empresa do património da Lisgráfica, tendo a Heska sido identificada como a entidade adquirente e a Lisgráfica como entidade adquirida. Consequentemente, a fusão foi registada, apresentada e divulgada nas demonstrações financeiras e respectivo anexo em 31 de Dezembro de 2008, considerando a incorporação do património da Lisgráfica na Heska.

Decorrente do registo da fusão foi considerada a emissão de instrumentos de capital como parte do custo de concentração das actividades empresariais, conforme o seguinte detalhe:

Aumento de capital (a)	1.952.208
Reserva de fusão	20.741.791
Justo valor dos instrumentos de capital	<u>22.693.999</u>

(a) Este valor considera a emissão de 390.442 novas acções com valor nominal de cinco Euros.

Os instrumentos de capital atrás referidos foram subscritos através da incorporação do justo valor do património da Lisgráfica, determinado por uma avaliação independente em, aproximadamente, 22.694.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

O impacto da incorporação do património da Lisgráfica ao justo de valor nas demonstrações financeiras da Heska, foi o seguinte:

	Valor Contabilístico	Ajustamentos ao justo valor e ao <i>goodwill</i>	Valores ajustados para efeitos da fusão
<u>Activos não correntes:</u>			
<i>Goodwill</i> (Nota 13)	-	17.628.753	17.628.753
Activos intangíveis (Nota 13)	-	8.984.959	8.984.959
Activos tangíveis (Nota 14)	33.893.276	-	33.893.276
Outros activos não correntes	231.254	-	231.254
Activos por impostos diferidos (Nota 12)	268.307	-	268.307
Total de activos não correntes	34.392.837	26.613.712	61.006.549
<u>Activos correntes:</u>			
Existências (Notas 8 e 9)	1.249.687	-	1.249.687
Clientes e contas a receber	10.997.017	-	10.997.017
Outros activos correntes	2.481.854	-	2.481.854
Caixa e seus equivalentes	272.954	-	272.954
Total de activos correntes	15.001.512	-	15.001.512
Total de activos	49.394.349	26.613.712	76.008.061
<u>Passivos não correntes:</u>			
Dívidas a instituições de crédito	12.013.138	-	12.013.138
Fornecedores e contas a pagar	6.653.780	-	6.653.780
Provisões (Nota 23)	152.201	-	152.201
Outros passivos não correntes	3.832.163	-	3.832.163
Passivos por imposto diferidos	268.307	-	268.307
Total de passivos não correntes	22.919.589	-	22.919.589
<u>Passivos correntes:</u>			
Dívidas a instituições de crédito	13.208.342	-	13.208.342
Fornecedores e contas a pagar	14.522.526	-	14.522.526
Outros passivos correntes	2.663.604	-	2.663.604
Total de passivos correntes	30.394.472	-	30.394.472
Total de passivos	53.314.061	-	53.314.061
Património da Lisgráfica incorporado na fusão			22.694.000

O ajustamento de justo valor registado na rubrica “Activos intangíveis” decorrente de contratos de impressão celebrados com clientes, foi determinado considerando à data a que se reporta a fusão o valor actual das margens operacionais positivas daqueles contratos.

7. VENDAS POR NATUREZA

As vendas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, detalham-se como segue:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Revistas	18.081.939	10.101.821
Jornais e suplementos	5.885.544	315.000
Catálogos e folhetos	9.045.587	5.592.840
Listas	2.445.671	-
Outros	565.574	618.171
	36.024.315	16.627.832

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as vendas realizaram-se essencialmente no mercado nacional.

8. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Aluguer de instalações (a)	409.313	38.376
Trabalhos para própria empresa (b)	136.073	-
Imputações de custos (c)	259.768	-
Subsídios ao investimento	46.207	-
Ganhos em imobilizações corpóreas	360.571	12.049
Variação da produção (d)	(34.420)	(16.393)
Outros proveitos operacionais	239.623	103.222
	<u>1.417.135</u>	<u>137.254</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das suas instalações que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o Grupo realizou diversos trabalhos de desenvolvimento e instalação de uma nova rotativa, a qual já se encontra a produzir, tendo as respectivas despesas incorridas sido imobilizadas.

(c) Esta rubrica reflecte os custos imputados e facturados a empresas que desenvolvem a sua actividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

(d) A variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Existências finais de produtos e trabalhos em curso (Nota 16)	185.669	69.392
Efeito da fusão	150.697	-
Existências iniciais de produtos e trabalhos em curso (Nota 16)	69.392	85.785
	<u>(34.420)</u>	<u>(16.393)</u>

9. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.694.169	7.210.676
Mercadorias vendidas	93.000	64.629
	<u>14.787.169</u>	<u>7.275.305</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi determinado como segue:

2008		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Mercadorias		
Existências iniciais	-	987.141
Efeito da fusão	69.709	1.029.281
Compras	-	14.300.574
Transferências	23.291	(23.291)
Existências finais	-	(1.599.536)
	93.000	14.694.169

2007	
	Contas individuais (Nota 35)
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	1.104.124
Compras	7.158.322
Existências finais	(987.141)
	7.275.305

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os custos com o pessoal foram como segue:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Salários e outras remunerações	7.306.521	2.734.975
Encargos sobre remunerações	1.872.662	648.718
Outros	639.711	178.505
	9.818.894	3.562.198

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 415 e 165 empregados, respectivamente. A variação resulta essencialmente da operação de fusão (Notas 1 e 35).

Os outros custos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 respeitam a indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores do Grupo, derivado, essencialmente, do processo de fusão supra referido. Em 31 de Dezembro de 2008, não existe nenhum plano formal de redução de quadros de pessoal, nem ocorreu a sua divulgação, sendo entendimento do Conselho de Administração que não é necessário registar nenhuma provisão.

Em 31 de Dezembro de 2008, não existem quaisquer prémios a pagar aos empregados e colaboradores do Grupo relativos ao exercício findo naquela data.

11. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, têm a seguinte composição:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados (a)	2.245.330	491.201
Descontos de pronto pagamento concedidos	33.632	9.152
Perdas em empresas do grupo (b)	265.603	-
Outros custos financeiros (c)	365.706	80.044
	<u>2.910.271</u>	<u>580.397</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos (d)	250.601	4.016
Rendimentos em participações financeiras	-	4.575
Descontos de pronto pagamento obtidos	8	-
Outros proveitos financeiros	252	437
	<u>250.861</u>	<u>9.028</u>
 Custos financeiros, líquidos	 <u>2.659.410</u>	 <u>571.369</u>

(a) Em 2008, esta rubrica inclui 44.000 Euros a serem debitados pela Gestprint (Nota 28).

(b) Em 2008, esta rubrica corresponde a diferenças de estimativa dos resultados de exercícios anteriores das empresas participadas.

(c) Em 2008, esta rubrica inclui essencialmente custos suportados com garantias bancárias e comissões de gestão bancária.

(d) Em 2008, esta rubrica inclui 187.329 Euros obtidos de entidades relacionadas (Nota 28).

12. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2005 a 2008, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008.

No exercício de 2006 a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, essencialmente em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) e Imposto Municipal sobre Transmissões (“IMT”) referentes ao exercício de 2004 de, aproximadamente, 1.139.000 Euros, tendo sido entregues garantias bancárias de 1.207.971 Euros (Nota 29). Durante o exercício de 2008, foi dado pela

Administração Fiscal parecer favorável à reclamação da Empresa relativamente a 249.000 Euros incluídos naquele montante, encontrando-se as restantes situações ainda em curso. É convicção do Conselho de Administração de que as restantes liquidações adicionais não têm fundamento, pelo que foram objecto de reclamação. Em 31 de Dezembro de 2008 relacionada com estas situações a Empresa tem registada uma provisão de 130.000 Euros (Nota 23).

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2008, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 16.590.463 Euros, os quais caducam conforme segue:

	<u>2008</u>
2009	1.234.789
2010	565.532
2011	940.166
2012	4.517.499
2013	3.271.984
2014	6.060.493
	<u><u>16.590.463</u></u>

Face à alteração da titularidade em mais de 50% do capital, ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram solicitadas as devidas autorizações às autoridades competentes para utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, não tendo sido ainda obtida resposta.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2008, os passivos por impostos diferidos de 201.714 Euros, estão essencialmente relacionadas com mais-valias não tributadas deduzidas da parte reinvestida, a Empresa optado por registar activos por impostos diferidos até à concorrência daquele montante, uma vez que a sua expectativa relativamente ao excedente daquele valor, não é realizável ou exigível no período de reversão das respectivas diferenças temporárias. Neste sentido, foram reconhecidos, no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, activos e passivos por impostos diferidos como segue:

a) Diferenças temporárias – movimentos nos impostos diferidos activos e passivos

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	Prejuizos fiscais reportáveis	Mais-valias não Tributadas
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 (Contas individuais - Nota 35)	89.517	-
Efeito da fusão (Nota 6)	268.307	268.307
Redução	(156.110)	(66.593)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	201.714	201.714

Adicionalmente, o imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 inclui a estimativa de imposto de 181.513 Euros (Nota 27).

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

(a) Goodwill

No decurso da concentração de actividades empresariais decorrentes do processo de fusão ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi determinado que o custo dessa concentração ascendia a 22.694.000 Euros (Nota 6) e mensurado como se segue:

Goodwill (Nota 6)	17.628.753
Direitos contratuais	8.984.959
Situação patrimonial	(3.919.712)
	22.694.000

No cumprimento das disposições do IFRS 3, a Empresa procedeu à mensuração do justo valor dos activos e passivos incorporados por fusão, tendo determinado um valor de 8.984.959 Euros relativos a direitos contratuais de impressão.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa procedeu à análise da imparidade do *goodwill* gerado na fusão com base nos planos de negócio/projecções financeiras, preparadas pelo Conselho de Administração. Considerando os resultados negativos apresentados pela Empresa nos últimos exercícios, bem como a falta de perspectivas de resultados futuros positivos suficientes que permitam recuperar o *goodwill* originado na fusão, o mesmo foi integralmente ajustado por contrapartida do resultado do exercício.

b) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os movimentos ocorridos nos outros activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

Aquisições (i)	2.805.190
Justo valor da concentração (ii)	8.984.959
Amortizações	(1.503.397)
	10.286.752

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

- (i) Esta rubrica corresponde ao justo valor de aquisição de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 Euros, que será liquidado em prestações mensais e constantes de 25.000 Euros, até Outubro de 2022 (Nota 24).
- (ii) Esta rubrica corresponde ao justo valor de contratos de impressão aquando do registo da fusão (Nota 6).

Os direitos contratuais de impressão estão a ser amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período dos respectivos contratos.

14. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foram como segue:

31 de Dezembro de 2008:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Activo Bruto:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 (Contas individuais - Nota 35)	124.111	17.010.479	879.071	51.265	357.683	-	61.137	18.483.746
Aquisições	338.845	669.091	68.661	-	24.586	8.249	300.506	1.409.938
Efeito da fusão (Nota 6)	512.879	97.875.350	1.319.707	57.288	1.172.420	778.603	8.764.601	110.480.848
Alienações e abates	-	(7.802.005)	(591.870)	-	(59.598)	-	-	(8.453.473)
Transferências	-	8.559.089	-	-	-	-	(8.559.089)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>975.835</u>	<u>116.312.004</u>	<u>1.675.569</u>	<u>108.553</u>	<u>1.495.091</u>	<u>786.852</u>	<u>567.155</u>	<u>121.921.059</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(45.574)	(15.916.155)	(648.828)	(41.477)	(315.887)	-	-	(16.967.921)
Reforços	(14.562)	(3.711.718)	(169.435)	(3.127)	(40.580)	(15.561)	-	(3.954.983)
Efeito da fusão (Nota 6)	(424.683)	(73.816.089)	(1.031.163)	(55.626)	(947.614)	(312.397)	-	(76.587.572)
Reduções por alienações e abates	-	7.758.282	591.871	-	37.869	-	-	8.388.022
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>(484.819)</u>	<u>(85.685.680)</u>	<u>(1.257.555)</u>	<u>(100.230)</u>	<u>(1.266.212)</u>	<u>(327.958)</u>	<u>-</u>	<u>(89.122.454)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2008	<u>491.016</u>	<u>30.626.324</u>	<u>418.014</u>	<u>8.323</u>	<u>228.879</u>	<u>458.894</u>	<u>567.155</u>	<u>32.798.605</u>

31 de Dezembro de 2007 (Contas individuais – Nota 35):

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Activo Bruto:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	119.661	16.645.740	698.873	47.009	342.857	-	8.740	17.862.880
Aquisições	4.450	371.972	237.281	4.256	14.826	-	61.137	693.922
Alienações e abates	-	(7.233)	(57.083)	-	-	-	(8.740)	(73.056)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>124.111</u>	<u>17.010.479</u>	<u>879.071</u>	<u>51.265</u>	<u>357.683</u>	<u>-</u>	<u>61.137</u>	<u>18.483.746</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade:								
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(33.163)	(15.042.679)	(553.550)	(38.444)	(288.944)	-	-	(15.956.780)
Reforço do exercício	(12.411)	(880.709)	(148.759)	(3.033)	(26.943)	-	-	(1.071.855)
Reduções por alienações e abates	-	7.233	53.481	-	-	-	-	60.714
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>(45.574)</u>	<u>(15.916.155)</u>	<u>(648.828)</u>	<u>(41.477)</u>	<u>(315.887)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.967.921)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2007 (Contas individuais - Nota 35)	<u>78.537</u>	<u>1.094.324</u>	<u>230.243</u>	<u>9.788</u>	<u>41.796</u>	<u>-</u>	<u>61.137</u>	<u>1.515.825</u>

A diminuição da rubrica “Equipamento Básico” corresponde essencialmente à alienação da Rotativa Harris N845 por 204.263 Euros e da Gazelle 9 por 60.000 Euros, traduzindo-se em mais-valias de 120.389 Euros e 7.698 Euros, respectivamente.

O aumento da rubrica “Imobilizado em curso” corresponde essencialmente aos serviços prestados de assistência técnica para implementação do novo sistema informático, trabalhos na nova incineradora e à aquisição de um sistema de agrafo para a Rotativa 10 cuja instalação encontra-se em curso a 31 de Dezembro de 2008.

A diminuição da rubrica “Imobilizado em curso” corresponde essencialmente à transferência para imobilizado firme da máquina do Expresso (Rotativa 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2008		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	31.408.230	(14.862.403)	16.545.827
Equipamento de transporte	683.383	(415.376)	268.007
	<u>32.091.613</u>	<u>(15.277.779)</u>	<u>16.813.834</u>

	2007 (Contas individuais - Nota 35)		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	1.137.000	(564.500)	572.500
Equipamento de transporte	467.695	(279.018)	188.677
	<u>1.604.695</u>	<u>(843.518)</u>	<u>761.177</u>

Conforme indicado na Nota 2.6, o Grupo regista estes bens pelo método financeiro.

Para além dos bens em regime de locação financeira e os referidos na Nota 33, não existem restrições à titularidade de activos tangíveis.

15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008			2007 (Contas individuais - Nota 35)		
	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de imparidade	Valor líquido
Gestprint - Sociedade Gestora de Participação Sociais, S.A. ("Gestprint") (Nota 28)	2.424.322	-	2.424.322	-	-	-
Depósitos a prazo (a)	152.672	-	152.672	-	-	-
Títulos e outras aplicações financeiras	99.760	(99.760)	-	-	-	-
Banco Espírito Santo, S.A.	-	-	-	33.692	-	33.692
Gestgráfica	-	-	-	10.310.681	-	10.310.681
Flat Field	-	-	-	2.000	-	2.000
Rasográfica (Nota 28)	8.503.260	-	8.503.260	-	-	-
	<u>11.180.014</u>	<u>(99.760)</u>	<u>11.080.254</u>	<u>10.346.373</u>	<u>-</u>	<u>10.346.373</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2008, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 19 e 29).

Em período imediatamente prévio à data a que se reportou a fusão da Heska com a Lisgráfica, o saldo de investimentos financeiros, registado pela Heska, não realizável, foi totalmente ajustado em reservas no valor de 10.310.681 Euros (Nota 3).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)16. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008			2007 (Contas individuais - Nota 35)		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor líquido
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.599.536	(213.599)	1.385.937	987.141	-	987.141
Produtos e trabalhos em curso (Nota 8)	185.669	-	185.669	69.392	-	69.392
	<u>1.785.205</u>	<u>(213.599)</u>	<u>1.571.606</u>	<u>1.056.533</u>	<u>-</u>	<u>1.056.533</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo não possui inventários dados como garantia pelo cumprimento de passivos.

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008			2007 (Contas individuais - Nota 35)		
	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Clientes	<u>17.504.251</u>	<u>(3.518.424)</u>	<u>13.985.827</u>	<u>6.138.856</u>	<u>(1.165.050)</u>	<u>4.973.806</u>

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008			2007 (Contas individuais - Nota 35)		
	Valor nominal	Perdas de imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de imparidade	Valor líquido
Devedores diversos	3.934.353	(645.903)	3.288.450	6.119.410	-	6.119.410
Acréscimos e diferimentos	601.262	-	601.262	157.524	-	157.524
Estado e outros Entes Públicos (Nota 26)	286.631	-	286.631	62.034	-	62.034
Adiantamentos a fornecedores	92.469	-	92.469	1.369	-	1.369
	<u>4.914.715</u>	<u>(645.903)</u>	<u>4.268.812</u>	<u>6.340.337</u>	<u>-</u>	<u>6.340.337</u>

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008	2007 (Contas individuais Nota 35)
Numerário	6.349	3.350
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	679.890	59.311
	686.239	62.661
Descobertos bancários (Nota 22)	(3.408.364)	-
	(2.722.125)	62.661

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

20. ACTIVOS DISPONIVEIS PARA VENDA

Esta rubrica corresponde a 5.482 acções do Banco Espírito Santo, S.A. registadas ao custo de aquisição. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor daquele activo era de 36.675 Euros.

21. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Composição de capital: Em resultado da operação de fusão ocorrida entre a Lisgráfica e a Heska em 2 de Maio de 2008, o capital social reflectido nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa aumentou em 1.952.209 Euros. Assim, em 31 de Dezembro de 2008, o capital social da Empresa, no valor de 3.644.709 Euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 728.942 de acções com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	Contas individuais (POC)		Contas consolidadas (IFRS) (Nota 35)	
	Nº. Acções	Percentagem	Nº. Acções	Percentagem
Rasográfica	95.196.607	50,99%	371.688	50,99%
Gestprint	73.558.468	39,40%	287.203	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.545	9,61%	70.051	9,61%
	186.696.620	100,00%	728.942	100,00%

O número de acções considerado nas contas consolidadas (728.942) foi determinado de forma a atingir as mesmas percentagens de participação detidas pelos accionistas no capital social da Empresa, conforme reflectido nas demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2008.

Em resultado da operação de fusão a participação da Gestprint reduziu de 82,06% para 43,95% e a Rasográfica passou a deter 46,45% do capital social da Empresa. Adicionalmente, em virtude da venda de 8.500.000 acções por parte da Gestprint à Rasográfica, as participações destes accionistas, em 31 de Dezembro de 2008 eram de 39,40% e 50,99% respectivamente.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Maio de 2008, o prejuízo apurado nas contas individuais da Heska do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que ascendia a 396.738 Euros foi aplicado, na sua totalidade, em resultados transitados.

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital próprio da Empresa é negativo em 927.256 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme mencionado no Relatório de Gestão de 2008, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, encontrando-se outras em curso, nomeadamente, relacionadas com as áreas de recursos humanos, produção, comercial e financeira, tendentes a melhorar a eficiência produtiva e promover a contenção de custos, bem como a potenciar as vendas e prestações de serviços. Adicionalmente, o Conselho de Administração no âmbito das suas funções obteve a confirmação dos dois principais accionistas da Empresa de que têm intenção de promover e garantir o apoio financeiro necessário para assegurar a continuidade das operações da Empresa.

22. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008		2007 (Contas individuais - Nota 35)	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	7.204.403	6.308.404	4.175.529	177.073
Outros empréstimos (b)	2.091.144	4.826.354	-	-
Descobertos bancários (c)	3.408.365	-	-	-
Factoring (d)	7.391.068	-	407.715	-
Letras descontadas (e)	2.667.331	-	-	-
Cheques pré-datados (f)	692.074	-	-	-
	<u>23.454.385</u>	<u>11.134.758</u>	<u>4.583.244</u>	<u>177.073</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

(a) Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos empréstimos bancários era como se segue:

	2008		2007 (Contas individuais - Nota 35)	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (i)	617.778	2.007.778	-	-
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (ii)	-	1.098.557	-	-
Banco Português do Investimento, S.A. ("BPI") (iii)	125.004	52.069	125.004	177.073
BCP (iv)	-	2.650.000	-	-
BCP (v)	-	500.000	-	-
BCP (vi)	1.169.596	-	849.596	-
BCP (vii)	1.040.505	-	-	-
Barclays Bank, S.A. (viii)	1.000.000	-	750.000	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (ix)	748.600	-	618.600	-
BES (x)	496.240	-	505.055	-
Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") (xi)	65.806	-	257.945	-
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. (xii)	450.000	-	-	-
Banif (xiii)	450.000	-	350.000	-
Contas correntes caucionadas (xiv)	1.040.874	-	719.329	-
	<u>7.204.403</u>	<u>6.308.404</u>	<u>4.175.529</u>	<u>177.073</u>

- (i) Financiamento concedido pelo BCP no montante de 2.780.00 Euros, amortizável em 54 prestações mensais de 51.481 Euros, com início em 19 de Setembro de 2008 e termos em 19 de Dezembro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2008 o montante em dívida ascendia a 2.625.556 Euros, dos quais 2.007.778 Euros se vencem a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1,5%.
- (ii) Empréstimo que corresponde a duas linhas de conta-corrente caucionada com o BES sem plano de amortização contratado no valor de 1.094.855 Euros com as seguintes particularidades:
- Linha de 596.257 Euros – taxa de referência: Euribor a 30 dias acrescida de 4,25%
 - Linha de 498.598 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias acrescida de 4,75%
- (iii) Financiamento concedido pelo BPI no montante de 500.000 Euros, amortizável em 48 prestações mensais, sendo as primeiras 47 no montante de 10.417 Euros e a última de 10.401 Euros, com início em 1 de Junho de 2006 e termos em 1 de Maio de 2010. Em 31 de Dezembro de 2008 o montante em dívida ascendia a 177.073 Euros dos quais 52.069 Euros se vencem a médio e longo prazo.
- (iv) Financiamento concedido pelo BCP no montante de 2.650.000 Euros, com carência de capital de um ano e após esse período, o capital será amortizável em 168 prestações mensais com início em 15 de Novembro de 2009 e termino em 15 de Novembro de 2023. Em 31 de Dezembro de 2008 o montante em dívida ascendia a 2.650.000 euros, dos quais 2.602.680 Euros se vencem a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (v) Financiamento concedido pelo BCP em 12 de Dezembro de 2008, no montante de 500.000 Euros, com vencimento em 12 de Dezembro de 2009. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (vi) Este empréstimo, vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,75% e destina-se a apoio de tesouraria.
- (vii) Este empréstimo, vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2% e resulta da reestruturação de parte do passivo bancário.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

- (viii) Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1,5% e destina-se a apoio à tesouraria.
- (ix) Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,75% e destina-se a apoio de tesouraria.
- (x) Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,625% e destina-se a financiar fornecimentos obtidos do estrangeiro.
- (xi) Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2% e destina-se a apoio de tesouraria.
- (xii) Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2% e destina-se a apoio de tesouraria.
- (xiii) Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,25% e destina-se a financiar fornecimentos obtidos do estrangeiro.
- (xiv) Estes montantes correspondem a contas correntes caucionadas que vencem juros a taxas normais de mercado, tendo sido classificados consoante o seu prazo de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2008, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

2009	7.204.403
2010	669.847
2011	617.778
2012	617.778
2013 e seguintes	4.403.001
	<u>13.512.807</u>

(b) Em 31 de Dezembro de 2008, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

	Correntes	Não correntes
Papel comercial (i)	1.803.761	4.060.000
IAPMEI (ii)	287.383	766.354
	<u>2.091.144</u>	<u>4.826.354</u>

(i) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2009	1.803.761
2010	2.330.000
2011	520.000
2012	560.000
2013	650.000
	<u>5.863.761</u>

- (ii) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária de 610.688 Euros (Nota 29). A Empresa mantém também um depósito a prazo de 185.602 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2008, o valor em dívida ascendia a 1.053.736 Euros dos quais 766.354 Euros se vencem a médio e longo prazo.
- (c) Os descobertos bancários são facilidades concedidas por diversas instituições bancárias destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamentos em regime de *factoring* com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados no valor de 692.074 Euros inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto da banca. Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha contratadas duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
- Banco Português de Negócios, plafond de 400.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2%;
 - Banco Comercial Português, plafond de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 1,375%.

23. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Provisões:

O movimento ocorrido na rubrica de provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, é conforme segue:

Reforço	200.000
Utilizações	(42.167)
Efeito da fusão (Nota 6)	152.201
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>310.034</u>

O reforço ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi registado para fazer face a possíveis contingências relacionadas com o processo de despedimento de uma ex-colaboradora determinado com base em informação disponibilizada por um dos advogados da Empresa, no montante de 70.000 Euros. Foi ainda constituída uma provisão para fazer face a eventuais contingências em sede de IMT, no montante de 130.000 Euros (Nota 12).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a utilização verificada no montante das provisões corresponde à utilização para fazer face a responsabilidades relacionadas com a actividade operacional da Empresa. O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 diz essencialmente respeito a responsabilidades decorrentes de contratos de rescisão de contratos de trabalho.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Perdas de imparidade:

O movimento nas contas de perdas por imparidade e de valor nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é conforme segue:

	Outros activos não correntes (Nota 15)	Existências (Nota 16)	Clientes e contas a receber (Nota 17)	Outros activos correntes (Nota 18)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	905.317	-	21.594.737
Aumentos	-	-	263.811	-	263.811
Utilizações	-	-	(4.078)	-	(4.078)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 (Contas individuais - Nota 35)	-	-	1.165.050	-	21.854.470
Aumentos	-	213.599	732.148	467.712	1.413.459
Efeito fusão	99.760	-	1.627.492	1.035.439	2.762.691
Utilizações	-	-	(6.266)	(857.248)	(863.514)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	99.760	213.599	3.518.424	645.903	25.167.106

A diminuição nos ajustamentos em dívidas de terceiros “Outros devedores” está relacionada com a utilização do ajustamento da Grafilis constituída no exercício findo em 31 de Dezembro 2007, no montante de 857.248 Euros.

As perdas de imparidade estão deduzidas aos valores dos activos.

24. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica tinha a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

	2008			
	2010	2011	2012 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públicos - dívidas				
integradas em planos de pagamento (Nota 27)	803.710	400.287	2.156.511	3.360.508
Francisco Batista	375.000	31.250	-	406.250
Contrato de impressão (Nota 13)	286.857	151.104	2.367.229	2.805.190
	1.465.567	582.641	4.523.740	6.571.948

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início ocorrido em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 3.397.244 Euros e 1.648.394 Euros, respectivamente (Nota 29). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações até ao final da execução das medidas.

25. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008		2007 (Contas individuais - Nota 35)	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	15.413.657	765.448	4.303.505	-
Fornecedores, títulos a pagar	2.607.662	-	786.264	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	179.377	-	71.426	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	670.104	-	-	-
Credores por locações financeiras (a)	4.869.135	3.462.126	543.832	368.153
Contas a pagar:				
<i>Rappel</i> a liquidar	507.944	-	30.469	-
Remunerações a liquidar	1.228.114	-	458.912	-
Juros a liquidar	710.376	-	53.314	-
Fornecimentos e serviços externos	458.207	-	174.008	-
Outros custos e perdas	108.355	-	-	-
	<u>26.752.931</u>	<u>4.227.574</u>	<u>6.421.730</u>	<u>368.153</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha contas a pagar às locadoras de 13.321.890 Euros, deduzidos de adiantamentos já pagos por conta no montante de 5.942.023 Euros, dos quais 9.404.149 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano. O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

2009	3.917.741
2010	<u>2.224.425</u>
2011	779.666
2012	766.140
2013	795.074
2014 e seguintes	<u>4.838.844</u>
	9.404.149
Adiantamentos (a)	<u>(5.942.023)</u>
	3.462.126
Total médio e longo prazo	<u>7.379.867</u>

- (a) A Empresa celebrou um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão “Rotativa 10”, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 28), com o prazo de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 6,816% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu ao pagamento à Gestprint de 1.528.073 Euros e 4.413.950 Euros, correspondente ao adiantamento do valor de retoma e a cauções, respectivamente (Nota 28). Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)26. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Adiantamentos de clientes	42.559	4.990
Credores diversos:		
Indeminizações a liquidar	227.700	-
Outros	334.610	532
Estado e outros entes públicos (Nota 27)	1.918.302	239.897
Proveitos diferidos	666.242	-
	<u>3.189.413</u>	<u>245.419</u>

A rubrica de proveitos diferidos inclui facturação antecipada e subsídios ao investimento a reconhecer como proveito nos próximos exercícios nos montantes de 375.000 Euros e 291.242 Euros, respectivamente.

27. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008		2007 (Contas individuais - Nota 35)	
	Saldos devedores (Nota 18)	Saldos credores (Notas 24 e 26)	Saldos devedores (Nota 18)	Saldos credores (Notas 24 e 26)
IRC (a)	262.142	(178.110)	62.034	-
IVA	24.489	(154.543)	-	(57.599)
Contribuições para a Segurança Social	-	(384.308)	-	(127.237)
IRS	-	(159.521)	-	(53.294)
Dívidas integradas em planos de pagamento (b)	-	(4.381.577)	-	-
Outros	-	(20.751)	-	(1.767)
	<u>286.631</u>	<u>(5.278.810)</u>	<u>62.034</u>	<u>(239.897)</u>

(a) Os saldos credores de IRC apresentam o seguinte detalhe:

	2008
Estimativa do imposto (Nota 12)	(181.513)
Retenções efectadas por terceiros	3.403
	<u>(178.110)</u>

(b) Em 31 de Dezembro de 2008, as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, das quais 1.021.069 Euros estão classificadas como correntes (Nota 26), sendo o restante, 3.360.508 Euros, considerado como não correntes (Nota 24).

28. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos exercícios findos naquelas datas, são os seguintes:

	2008				
	Saldos		Transacções		
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Credores por locação financeira (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos	Custos e perdas financeiros (Nota 11)	Proveitos e ganhos financeiros (Nota 11)
Rasográfica (a)	8.503.620	-	(447.552)	-	102.069
Gestprint (b)	2.424.322	(1.986.050)	(25.000)	(44.000)	85.260
	<u>10.927.942</u>	<u>(1.986.050)</u>	<u>(472.552)</u>	<u>(44.000)</u>	<u>187.329</u>

	2007 (Contas individuais - Nota 35)	
	Saldos	
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Outros activos correntes (Nota 18)
Rasográfica	-	5.303.465
Lisgráfica	-	186.418
Gestgráfica	10.310.681	-
Gestprint	-	-
	<u>10.310.681</u>	<u>5.489.883</u>

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

- (a) Em 31 de Dezembro de 2008, a Lisgráfica tem contas a receber da Rasográfica, de 8.503.260 Euros, das quais 1.540.000 Euros estão titulados por uma letra descontada numa instituição financeira e 1.405.000 Euros decorre de cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica. O saldo remanescente de 5.558.260 Euros vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica e será reembolsado entre Julho de 2010 e Junho de 2015, através do reembolso em prestações trimestrais. Os 447.552 Euros correspondem a rendas das instalações de Campo Raso. A rubrica de proveitos e ganhos financeiros corresponde aos juros a receber relativos aos saldos a receber desta entidade.
- (b) Em 31 de Dezembro de 2008, a Lisgráfica tem um saldo a receber da Gestprint, de 2.424.322 Euros, que vence juros à taxa média de financiamento da Empresa, encontrando-se em curso a definição de um plano de reembolso pelo que foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, a Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão (Nota 25), tendo já efectuado adiantamentos ao abrigo daquele contrato de 5.942.023 Euros, e suportado juros no montante de 44.000 Euros. A transacção realizada com a Gestprint de 25.000 Euros, corresponde a “fees” de gestão do exercício de 2008 debitados por aquela entidade. Adicionalmente a rubrica de proveitos e ganhos financeiros corresponde aos juros a receber relativos aos saldos a receber desta entidade.

Os saldos e transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anulados no processo de consolidação (Nota 4).

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua actividade são tomadas por este.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em acções aos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, foram pagas indemnizações por rescisões contratuais a estes de 78.925 Euros.

29. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha prestado diversas garantias, nomeadamente garantias bancárias a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Garantia bancária - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.397.244
Garantia bancária - ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros (b)	2.795.456
Garantia bancária - Direcção Geral de Impostos (a)	1.648.394
Garantia bancária - Direcção Geral de Impostos (c)	1.207.971
Garantia bancária - IAPMEI (d)	610.688
Garantia bancária - EDP Serviço Universal (e)	180.767
Garantia Bancária - Câmara Municipal de Almada (f)	7.320
	<u>9.847.840</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 24).

(b) Garantia prestada no âmbito do aluguer das instalações da Empresa.

(c) Garantia prestada no âmbito da dívida relativa a liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 12).

(d) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI (Nota 22).

(e) Garantia prestada no âmbito do contrato de fornecimento de electricidade por garantia bancária.

(f) Garantia prestada a cliente no âmbito de acordo comercial.

Em 31 de Dezembro de 2008, existiam empréstimos bancários, contratos de locação financeira, dívidas com fornecedores e dívidas ao Estado, garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 1.500.000 Euros, 3.870.423 Euros, 270.767 Euros e 3.000.000 Euros, respectivamente.

30. RESULTADOS POR ACÇÃO E DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

O Resultado consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi de 35,531 e 1,172, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	<u>(25.900.008)</u>	<u>(396.738)</u>
<u>Número de acções</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	<u>728.942</u>	<u>338.500</u>
Resultado por acção		
Básico	(35,531)	(1,172)
Diluído	(35,531)	(1,172)

31. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Dólar Americano	1,3917	1,47211
Libra Estrelina	0,9525	0,73335
Franco Suíço	1,485	1,65871

32. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração da Lisgráfica de 319.178 e 193.783 Euros, tendo sido atribuídas remunerações ao Conselho Fiscal de 25.000 e 30.000 Euros, respectivamente.

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS33.1. Compromissos para a aquisição de imobilizações fixas

Em 31 de Dezembro de 2008 não existem compromissos assumidos com a compra de activos tangíveis.

33.1. Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as locações operacionais existentes respeitam essencialmente a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A. (“ESAF”) pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos a contratos de locação operacional são conforme segue:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
Fornecimento e serviços externos	2.731.458	670.736

Em 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2009	1.908.247
2010	1.853.125
2011	1.812.727
2012	1.800.000
2013	1.800.000
2014 e seguintes	8.196.774
	<u>17.370.873</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades da Empresa a fornecedores de imobilizado provenientes de contratos de locação operacional com vencimento superior a 5 anos ascendiam a 8.196.774 Euros.

Adicionalmente, a Empresa suporta custos anuais no montante de 671.328 Euros referentes ao contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorre em finais de 2012.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo gere o seu capital para assegurar que as empresas que o compõem prosseguem as suas operações numa óptica de continuidade. Neste contexto, o Grupo analisa periodicamente, para todas as empresas que dele fazem parte, a sua estrutura de capital (próprio e alheio) e maturidade da dívida, procedendo ao respectivo financiamento sempre que necessário.

A estrutura de capital do Grupo afecta às suas operações, inclui os empréstimos divulgados na Nota 22, caixa e equivalentes e o capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa-mãe.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
<u>Activos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	26.034.983	11.278.413
Caixa e seus equivalentes	-	62.661
	<u>26.034.983</u>	<u>11.341.074</u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	31.180.778	4.760.317
Caixa e seus equivalentes (Nota 19)	2.722.125	-
Contas a pagar a terceiros	33.903.631	7.035.302
	<u>67.806.534</u>	<u>11.795.619</u>

O Grupo encontra-se exposto essencialmente aos seguintes riscos:

(a) Risco de mercado:

Os riscos de mercado estão relacionados com alterações nas taxas de juro, os quais estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008, o resultado líquido consolidado daqueles exercícios teria aumentado ou diminuído em, aproximadamente, 262.000 Euros.

(b) Risco de crédito:

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações da Empresa. Para reduzir o risco de crédito, a Lisgráfica tem definidas políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de cobrança, e políticas de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objectivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- o histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- acordos de pagamento existentes;
- as condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas de imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 23.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente reflectidas nas demonstrações financeiras, não existindo necessidade de reforçar os ajustamentos de contas a receber.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as contas a receber de terceiros incluem saldos vencidos, conforme segue, para os quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis.

		2007 Contas individuais (Nota 35)
Saldos Vencidos	2008	
Até 150 dias	6.560.537	2.293.680
A mais de 150 dias (i)	1.246.939	650.853
	<u>7.807.476</u>	<u>2.944.533</u>

- (i) Esta rubrica inclui 2.424.322 Euros a receber da Gestprint que não vence juros e não tem prazo de reembolso definido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Adicionalmente a Empresa tem contas a receber da Rasográfica, de 8.503.260 Euros, das quais 1.540.000 Euros encontram-se titulados por uma letra descontada bancariamente e 1.405.000 Euros decorre de cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica. O saldo remanescente de 5.558.260 Euros vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica e será reembolsado entre Julho de 2010 e Junho de 2015, através do reembolso em prestações trimestrais, com um ano de carência.

(c) Risco de liquidez:

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos accionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados, face à pressão exercida pelos recebimentos operacionais. Os passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 vencem-se como segue:

Passivos financeiros	2008				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Remunerados:					
Empréstimos	22.768.146	3.287.230	1.425.161	6.422.366	33.902.903
Credores por locações financeiras	3.917.741	2.224.425	779.666	458.035	7.379.867
Outros passivos financeiros	869.197	697.630	354.495	2.156.511	4.077.833
Contrato impressão	144.642	142.215	151.104	2.367.229	2.805.190
	<u>27.699.726</u>	<u>6.351.500</u>	<u>2.710.426</u>	<u>11.404.141</u>	<u>48.165.793</u>
Não remunerados:					
Fornecedores, conta corrente	15.413.657	-	-	-	15.413.657
Fornecedores, títulos a pagar	2.607.662	-	-	-	2.607.662
Fornecedores de imobilizado, título a pagar	670.104	-	-	-	670.104
Fornecedores de imobilizado	949.318	-	-	-	949.318
	<u>19.640.741</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.640.741</u>
	<u>47.340.467</u>	<u>6.351.500</u>	<u>2.710.426</u>	<u>11.404.141</u>	<u>67.806.534</u>

Passivos financeiros	2007 (Contas individuais - Nota 35)				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Remunerados:					
Empréstimos	4.583.244	177.073	-	-	4.760.317
Credores por locações financeiras	543.832	262.923	73.780	31.450	911.985
	<u>5.127.076</u>	<u>439.996</u>	<u>73.780</u>	<u>31.450</u>	<u>5.672.302</u>
Não remunerados:					
Fornecedores, conta corrente	5.120.143	-	-	-	5.120.143
Fornecedores, títulos a pagar	786.264	-	-	-	786.264
Fornecedores de imobilizado	216.910	-	-	-	216.910
	<u>6.123.317</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.123.317</u>
	<u>11.250.393</u>	<u>439.996</u>	<u>73.780</u>	<u>31.450</u>	<u>11.795.619</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa encontra-se a renegociar vários empréstimos de curto prazo, com o objectivo de os refinanciar a médio e longo prazo. Adicionalmente, naquela data a Empresa possui plafonds de crédito aprovados e não utilizados no montante de 150.000 Euros.

35. PROCESSO DE FUSÃO E COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme referido na Nota Introdutória em 21 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração e em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa, da Heska mediante a transmissão global do património desta sociedade, com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008. Adicionalmente, em Fevereiro de 2008, a Rasográfica, accionista único da Heska, adquiriu, em transacção fora de bolsa, um total de 8.500.000 acções da Lisgráfica, o que se traduziu em 8,5% do capital social e de direitos de voto desta.

Em resultado destas operações a estrutura accionista da Empresa foi alterada, a Rasográfica passou a deter 50,99% do capital social da Lisgráfica (Nota 21). Nos termos do IFRS 3, na aplicação do método de compra, a Heska foi considerada a entidade adquirente e a Lisgráfica como a entidade adquirida (fusão invertida), pelo que ainda que do ponto de vista formal e legal o património da Heska tenha sido incorporado na Lisgráfica e aquela tenha sido liquidada, do ponto de vista contabilístico o património da Lisgráfica foi incorporado na Heska. Nestas circunstâncias as demonstrações financeiras consolidadas preparadas na sequência da fusão foram emitidas sob o nome da Lisgráfica, mas descritas nas notas como continuação das demonstrações financeiras da Heska, ou seja, a adquirente para efeitos contabilísticos, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008, representam uma continuação das demonstrações financeiras da Heska. Nestes termos e visando satisfazer os requisitos do IFRS 3, são apresentados com fins informativos, as demonstrações financeiras individuais da Heska em 31 de Dezembro de 2007, em virtude de aquela não ter apresentado naquela data demonstrações financeiras consolidadas, por não preencher os requisitos para o efeito.

Os saldos inscritos na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, dizem respeito a um período de doze meses para as operações da Heska e a um período de oito meses (de 2 de Maio de 2008, data a que se reporta a fusão, até 31 de Dezembro de 2008) para as operações da Lisgráfica. É ainda de referir que nos termos do IFRS 3 foram identificados activos da Lisgráfica com justos valores reportados à data da fusão, superiores aos respectivos valores contabilísticos, no montante de 8.984.959 Euros e tendo sido determinado um *goodwill* de 17.628.753 Euros (Nota 6).

Em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa reconheceu uma perda de imparidade do *goodwill* de igual montante.

Em consequência da fusão, o activo, o passivo e o capital próprio da Empresa aumentaram em 76.008.061 Euros, 53.314.061 Euros e 22.694.000 Euros, respectivamente (Nota 6).

Consequentemente as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008, não são comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Queluz de Baixo, 29 de Abril de 2009

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão – Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	7	36.024.315	16.627.832
Outros proveitos operacionais	8	1.417.135	137.254
Total de proveitos operacionais		<u>37.441.450</u>	<u>16.765.086</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	9	(14.787.169)	(7.275.305)
Fornecimentos e serviços externos		(10.423.147)	(4.430.809)
Custos com o pessoal	10	(9.818.894)	(3.562.198)
Amortizações	13 e 14	(5.458.380)	(1.071.855)
Perdas de imparidade	13 e 23	(19.042.212)	(263.811)
Provisões	23	(200.000)	-
Outros custos operacionais		(614.623)	(84.191)
Total de custos operacionais		<u>(60.344.425)</u>	<u>(16.688.169)</u>
Resultados operacionais		<u>(22.902.975)</u>	<u>76.917</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(2.659.410)	(571.369)
Resultados antes de impostos		<u>(25.562.385)</u>	<u>(494.452)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	(337.623)	97.714
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(25.900.008)</u>	<u>(396.738)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(25.900.008)</u>	<u>(396.738)</u>
Resultado por acção			
Básico	30	(35,5310)	(1,1720)
Diluído	30	(35,5310)	(1,1720)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2008	2007 Contas individuais (Nota 35)
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos intangíveis	13	10.286.752	-
Activos tangíveis	14	32.798.605	1.515.825
Investimentos financeiros	5	2.000	-
Outros activos não correntes	15	11.080.254	10.346.373
Activos detidos para venda	20	33.692	-
Activos por impostos diferidos	12	201.714	89.517
Total de activos não correntes		<u>54.403.017</u>	<u>11.951.715</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	16	1.571.606	1.056.533
Clientes e contas a receber	17	13.985.827	4.973.806
Outros activos correntes	18	4.268.812	6.340.337
Caixa e seus equivalentes	19	686.239	62.661
Total de activos correntes		<u>20.512.484</u>	<u>12.433.337</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>74.915.501</u>	<u>24.385.052</u>
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	21	3.644.709	1.692.500
Reservas	21	21.493.770	11.062.660
Resultados transitados	21	(165.727)	231.011
Resultado líquido consolidado do exercício	21	(25.900.008)	(396.738)
Total do capital próprio		<u>(927.256)</u>	<u>12.589.433</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	22	11.134.758	177.073
Fornecedores e contas a pagar	25	4.227.574	368.153
Provisões	23	310.034	-
Outros passivos não correntes	24	6.571.948	-
Passivos por impostos diferidos	12	201.714	-
		<u>22.446.028</u>	<u>545.226</u>
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos obtidos	22	23.454.385	4.583.244
Fornecedores e contas a pagar	25	26.752.931	6.421.730
Outros passivos correntes	26	3.189.413	245.419
		<u>53.396.729</u>	<u>11.250.393</u>
Total do passivo		<u>75.842.757</u>	<u>11.795.619</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>74.915.501</u>	<u>24.385.052</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa						Total do capital próprio
	Capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1.692.500	2.798.025	349.159	7.908.129	81.206	149.805	12.978.824
Reforços	-	-	-	7.347	-	-	7.347
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	149.805	(149.805)	-
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	(396.738)	(396.738)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 35)	<u>1.692.500</u>	<u>2.798.025</u>	<u>349.159</u>	<u>7.915.476</u>	<u>231.011</u>	<u>(396.738)</u>	<u>12.589.433</u>
Regularizações prévias à fusão (Nota 15)	-	-	-	(10.310.681)	-	-	(10.310.681)
Aumento de capital e reservas decorrentes da fusão	1.952.209	-	-	20.741.791	-	-	22.694.000
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	(396.738)	396.738	-
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	(25.900.008)	(25.900.008)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>3.644.709</u>	<u>2.798.025</u>	<u>349.159</u>	<u>18.346.586</u>	<u>(165.727)</u>	<u>(25.900.008)</u>	<u>(927.256)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

DE 2008 E DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2008	2007
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		27.981.112	17.525.331
Pagamentos a fornecedores		(24.799.169)	(11.360.626)
Pagamentos ao pessoal		(9.182.326)	(3.392.802)
Fluxos gerados pelas operações		(6.000.383)	2.771.903
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(337.623)	(104.394)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(742.091)	(2.262.563)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(7.080.097)	404.946
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		2.105	1.417
Juros e proveitos similares		248.983	-
		251.088	1.417
Pagamentos respeitantes a:			
Activos tangíveis		(340.126)	(268.233)
Accionistas		(1.663.249)	-
		(2.003.375)	(268.233)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(1.752.287)	(266.816)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições financeiras		22.365.566	849.560
Juros e proveitos similares		3.752	4.016
		22.369.318	853.576
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições financeiras		(10.861.677)	(295.004)
Amortizações de contratos de locação financeira		(3.114.349)	(339.290)
Juros e custos similares		(2.345.694)	(459.025)
		(16.321.720)	(1.093.319)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		6.047.598	(239.743)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2.784.786)	(101.613)
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	62.661	164.274
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	(2.722.125)	62.661

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A.

1. Em conformidade com a legislação aplicável e com o mandato que nos foi conferido, submetemos à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa e a evolução da sua actividade e das suas participadas, tendo efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas e, nas circunstâncias, sempre obteve da Administração e dos diversos serviços da empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.
Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das contas aos documentos de prestação de contas consolidadas da empresa, tendo também recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.
Adicionalmente procedeu à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido pelo Conselho de Administração e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as contas consolidadas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
4. O Conselho Fiscal dedicou particular atenção à operação de fusão por incorporação da Heska – Indústrias Tipográficas, S.A., realizada com efeitos contabilísticos e legais em 2 de Maio de 2008. No âmbito desta operação, a Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. procedeu a um aumento de capital de 4.334.831 euros e recebeu um património líquido de 1.223.401 euros, valorizado pelo valor contabilístico registado na sociedade absorvida. No entanto, para efeitos da elaboração das demonstrações financeiras em apreço em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e pelas razões apresentadas na nota introdutória do Anexo às mesmas demonstrações financeiras consolidadas e no parágrafo 7º da respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a Heska – Indústrias Tipográficas, S.A. é considerada como sociedade incorporante. Este facto deverá ser tido em conta na apreciação da informação proporcionada pelos documentos de prestação de contas consolidadas da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
5. Face ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que a informação constante nas demonstrações financeiras consolidadas em apreço, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
6. Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS

colaboração recebida do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

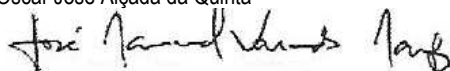
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2009

O Conselho Fiscal,



Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires
Fernandes, S.R.O.C., representada por
Óscar José Alçada da Quinta



José Manuel Varandas Marques

Filipa Cordeiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 74.915.501 Euros e capitais próprios negativos de 927.256 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 25.900.008 Euros, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações ainda que, naquela data, evidenciem perdas acumuladas de, aproximadamente, 26.066.000 Euros, o capital próprio seja negativo em, aproximadamente, 927.256 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, o activo corrente seja inferior ao passivo de curto prazo em, aproximadamente, 32.884.000 Euros, o qual inclui financiamentos de curto prazo de, aproximadamente, 23.454.000 Euros e o *cash flow* operacional seja negativo. Adicionalmente, o activo não corrente inclui contas a receber de accionistas no montante total líquido de, aproximadamente, 8.942.000 Euros (Nota 28) e direitos contratuais relacionados com contratos celebrados com clientes, registados na rubrica de activos intangíveis no montante de, aproximadamente, 10.287.000 Euros. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa e a prevalência deste princípio contabilístico, a realização dos seus activos, incluindo as contas a receber supra referidas, e a liquidação e classificação dos seus passivos, no curso normal das operações, dependem da renovação e obtenção de financiamentos suficientes para garantir o cumprimento das responsabilidades de curto prazo, do sucesso das suas operações futuras e do suporte financeiro dos seus accionistas.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Conforme descrito em maior detalhe na Nota Introdutória do anexo às demonstrações financeiras, foi aprovada em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. (“Heska”), mediante a transmissão global do património desta sociedade e com efeitos contabilísticos reportados a 2 de Maio de 2008. Nos termos do IFRS 3, a Heska foi identificada como sendo a entidade adquirente e a Empresa sido considerada a entidade incorporada. Em momento imediatamente prévio à fusão, a Heska efectuou directamente em reservas uma regularização de, aproximadamente, 10.311.000 Euros, relacionada com uma participação financeira. No que respeita à entidade incorporada, com efeitos reportados à data da fusão, foram identificados e registados justos valores de activos diferentes dos seus respectivos valores contabilísticos em, aproximadamente, 8.985.000 Euros e um *goodwill* de, aproximadamente, 17.629.000 Euros, para o qual veio a ser reconhecida no exercício de 2008 uma perda de imparidade, de igual montante, por contrapartida de resultados do exercício. Em virtude da Heska não ter apresentado em 31 de Dezembro de 2007, demonstrações financeiras consolidadas, por não preencher os requisitos para o efeito, são apresentadas com fins informativos as suas contas individuais àquela data, visando satisfazer os requisitos do IFRS 3 e que, como se depreende, não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2008.
8. As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2007, foram por nós examinadas e a Certificação Legal das Contas, datada de 21 de Abril de 2008, inclui quatro ênfases relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 5 e 7. As demonstrações financeiras da Heska em 31 de Dezembro de 2007, foram igualmente por nós examinadas e o Relatório de Auditoria, datado de 4 de Março de 2008, inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com contas a receber e com um investimento financeiro, que foi corrigida conforme descrito no parágrafo 7 acima, em momento prévio à fusão.

Lisboa, 30 de Abril de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

Sede: Casal de Santa Leopoldina – Queluz de Baixo, Barcarena
NIPC e n.º de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais:
500.166.587
Capital Social: 9.334.831 euros

Declaração

Ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº 245 do CVM, o Conselho de Administração afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2009

O Conselho de Administração



Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão – Presidente



Jaime Luciano Marques Baptista da Costa – Vice-Presidente

António Pedro Marques Patrocínio - Administrador

